

POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTECÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Redemaior Engenharia, Lda,

1. Identificação do Responsável pelo Tratamento e Contactos

A Redemaior Engenharia, Lda., pessoa coletiva n.º 513.373.101, com sede no Parque Empresarial de Eiras, Lote 20, 3020-265 Coimbra, Portugal (doravante «Redemaior» ou «Empresa»), assume a qualidade de Responsável pelo Tratamento, nos termos e para os efeitos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Abril de 2016 (Regulamento Geral sobre a Protecção de Dados, doravante «RGPD»), e da Lei n.º 58/2019, de 8 de Agosto, que assegura a execução do RGPD na ordem jurídica interna. A presente Política de Privacidade e Protecção de Dados Pessoais (doravante «Política») descreve os princípios e as práticas que regem o tratamento, pela Redemaior, dos dados pessoais dos seus clientes, fornecedores, prestadores de serviços, candidatos, trabalhadores e demais titulares de dados com os quais se relaciona no exercício da sua atividade.

Para o exercício dos direitos previstos na presente Política, para a formulação de questões relativas ao tratamento dos seus dados pessoais ou para qualquer outro assunto conexo com a protecção de dados pessoais, os titulares podem contactar a Redemaior através dos seguintes meios:

- Correio postal: Parque Empresarial de Eiras, Lote 20, 3020-265 Coimbra, Portugal, ao cuidado da Gerência;
- Telefone: +351 239 100 777;
- Sítio eletrónico: www.redemaior.com.

2. Encarregado de Protecção de Dados

A designação de um Encarregado de Protecção de Dados é obrigatória, nos termos do artigo 37.º, n.º 1, do RGPD, quando o responsável pelo tratamento seja uma entidade pública, quando as suas atividades principais consistam em operações de tratamento que, pela sua natureza, âmbito e finalidade, exijam um controlo regular e sistemático dos titulares dos dados em larga escala, ou quando consistam no tratamento em larga escala de categorias especiais de dados ou de dados relativos a condenações penais e infrações.

A Redemaior procedeu à avaliação da sua atividade à luz destes critérios e concluiu não se encontrar abrangida por nenhum deles, pelo que não designou um Encarregado de Protecção de Dados. Esta avaliação será revista sempre que ocorra alteração relevante na natureza, âmbito ou finalidade dos tratamentos efetuados pela Empresa.

Não obstante, todas as questões relativas ao tratamento de dados pessoais e ao exercício dos direitos dos titulares devem ser dirigidas à Gerência da Redemaior, através dos contactos indicados no ponto 1. supra.

3. Âmbito de Aplicação

A presente Política aplica-se ao tratamento de dados pessoais de pessoas singulares, designadamente:

- clientes, fornecedores e prestadores de serviços, incluindo os seus representantes, colaboradores e pontos de contacto;
- candidatos a processos de recrutamento e seleção;
- trabalhadores da Redemaior;
- visitantes das instalações da Empresa, no âmbito do sistema de videovigilância;
- denunciante e demais intervenientes no canal de denúncias interno.
- A Política não se aplica ao tratamento de dados de pessoas coletivas, nem à informação que não permita, direta ou indiretamente, identificar uma pessoa singular.

4. Tratamento de Dados Pessoais — Finalidades, Fundamentos Jurídicos e Prazos de Conservação

A Redemaior apenas recolhe e trata os dados pessoais adequados, pertinentes e limitados ao necessário para as finalidades a seguir descritas, em cumprimento do princípio da minimização previsto no artigo 5.º, n.º 1, alínea c), do RGPD. Para cada categoria de tratamento indica-se a base de licitude concretamente aplicável, e não a mera enumeração abstrata dos fundamentos admitidos pelo artigo 6.º do RGPD.

4.1. Clientes, Fornecedores e Prestadores de Serviços

Dados tratados: identificação (nome, NIF, número de identificação civil), contactos (morada, telefone, correio eletrónico), dados profissionais dos representantes e pontos de contacto, dados bancários e de faturação, e demais dados necessários à execução dos contratos celebrados.

Finalidade: gestão da relação contratual e comercial, elaboração de propostas técnicas e orçamentos, prestação e receção de serviços de engenharia, emissão e gestão de documentos contabilísticos e de faturação, e cumprimento das obrigações fiscais e contabilísticas aplicáveis.

Fundamento jurídico: execução de contrato ou diligências pré-contratuais a pedido do titular (artigo 6.º, n.º 1, alínea b), do RGPD), quanto à gestão da relação comercial; cumprimento de obrigação jurídica (artigo 6.º, n.º 1, alínea c), do RGPD), quanto aos dados de faturação e contabilísticos, quando exigidos por lei fiscal ou comercial.

Prazo de conservação: os dados de faturação e demais documentos de suporte contabilístico são conservados pelo prazo legal de 10 anos, nos termos do artigo 123.º, n.º 4, e do artigo 130.º do Código do IRC, do artigo 52.º do Código do IVA e do artigo 40.º do Código Comercial. Os restantes dados são conservados enquanto se mantiver a relação comercial, e, após a sua cessação, pelo prazo de prescrição dos direitos e obrigações dela emergentes.

4.2. Processos de Recrutamento e Seleção

Dados tratados: identificação e contactos, habilitações académicas e profissionais, percurso profissional, dados constantes do curriculum vitae e, sendo caso disso, registos de entrevista.

Finalidade: avaliação de candidaturas e seleção de candidatos para o preenchimento de vagas na Empresa.

Fundamento jurídico: diligências pré-contratuais a pedido do titular dos dados (artigo 6.º, n.º 1, alínea b), do RGPD). Quando a candidatura seja espontânea ou o candidato consinta na sua conservação para processos de recrutamento futuros, o tratamento tem por fundamento o consentimento do titular (artigo 6.º, n.º 1, alínea a), do RGPD), livremente revogável a todo o tempo.

Prazo de conservação: os dados de candidatos não selecionados são eliminados no prazo máximo de dois anos após a conclusão do respetivo processo, salvo revogação anterior do consentimento pelo candidato, quando aplicável.

4.3. Trabalhadores e Gestão de Recursos Humanos

Dados tratados: dados de identificação civil e fiscal, número de identificação da Segurança Social, morada, dados bancários, dados de assiduidade e de tempo de trabalho e, quando aplicável, dados de saúde tratados no âmbito da medicina do trabalho, estes últimos sujeitos a regime de confidencialidade reforçada e tratados apenas pelo médico do trabalho ou entidade equiparada.

Finalidade: gestão administrativa da relação laboral, processamento salarial, cumprimento de obrigações contributivas e fiscais, e cumprimento das obrigações em matéria de segurança e saúde no trabalho.

Fundamento jurídico: execução do contrato de trabalho (artigo 6.º, n.º 1, alínea b), do RGPD) e cumprimento de obrigações jurídicas de natureza laboral, contributiva e fiscal (artigo 6.º, n.º 1, alínea c), do RGPD); quanto aos dados de saúde, tratamento necessário para efeitos de medicina do trabalho, ao abrigo do artigo 9.º, n.º 2, alínea h), do RGPD, conjugado com a legislação laboral aplicável.

Prazo de conservação: a documentação de suporte a obrigações declarativas fiscais e contributivas é conservada pelo prazo de 10 anos. Os registos de assiduidade e de tempo de trabalho são conservados pelo prazo de 5 anos, nos termos do artigo 202.º do Código do Trabalho e do artigo 15.º-A do Decreto-Lei n.º 116/2017, de 6 de setembro. Os dados constantes do processo individual do trabalhador são conservados pelo prazo de prescrição dos direitos e obrigações emergentes do contrato de trabalho, sem prejuízo de prazos legais especiais aplicáveis a documentos concretos.

4.4. Sistema de Videovigilância

Dados tratados: imagens captadas por sistema de videovigilância em circuito fechado instalado nas instalações da Redemaior, no Parque Empresarial de Eiras.

Finalidade: proteção e segurança de pessoas e bens nas instalações da Empresa. O sistema de videovigilância não tem por finalidade, nem é utilizado, para controlar o desempenho profissional dos trabalhadores, sendo tal utilização expressamente vedada pelo artigo 20.º, n.º 1, do Código do Trabalho.

Fundamento jurídico: interesse legítimo da Empresa (artigo 6.º, n.º 1, alínea f), do RGPD), em conformidade com o disposto no artigo 19.º da Lei n.º 58/2019 e nos artigos 20.º e 21.º do Código do Trabalho.

Condições de licitude:

- as câmaras não incidem sobre postos de trabalho efetivos, nem sobre zonas de descanso, refeitórios, vestiários ou instalações sanitárias;
- é proibida a captação de som, salvo no período em que as instalações se encontrem encerradas, sem trabalhadores em atividade, ou mediante autorização prévia da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd);
- os locais vigiados encontram-se devidamente sinalizados, informando os titulares da existência, finalidade e responsável do sistema de videovigilância, nos termos do artigo 20.º, n.º 3, do Código do Trabalho.

Prazo de conservação: as imagens são conservadas pelo prazo de 30 dias, findo o qual são automaticamente eliminadas, salvo quando devam ser conservadas por período adicional para efeitos de instrução de processo judicial, contraordenacional ou disciplinar em que assumam relevância probatória.

4.5. Canal de Denúncias Internas

Nos termos da Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro (Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações), a Redemaior, enquanto entidade empregadora com mais de 50 trabalhadores, encontra-se obrigada a dispor de um canal de denúncia interna.

Dados tratados: dados de identificação do denunciante, quando a denúncia não seja anónima, dados de identificação de terceiros visados, factos relatados e meios de prova eventualmente anexados.

Finalidade: receção, apreciação preliminar, instrução e adoção de medidas corretivas relativas a denúncias de infrações abrangidas pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 93/2021.

Fundamento jurídico: cumprimento de obrigação jurídica a que a Empresa se encontra sujeita (artigo 6.º, n.º 1, alínea c), do RGPD).

Prazo de conservação: os dados são conservados durante o período de instrução da denúncia e, após o seu encerramento, pelo prazo de 5 anos, salvo se estiverem em curso processos judiciais ou disciplinares com ela relacionados, caso em que a conservação se prolonga até ao respetivo termo.

O acesso aos dados tratados no âmbito do canal de denúncias é reservado às pessoas expressamente incumbidas do respetivo tratamento, encontrando-se as mesmas vinculadas a dever de confidencialidade e à proibição de qualquer forma de retaliação contra o denunciante, nos termos da Lei n.º 93/2021.

A presente Política regula exclusivamente a dimensão relativa à proteção de dados pessoais do canal de denúncias, não dispensando a aprovação, pela Redemaior, de regulamento interno próprio, no qual devem ser fixados, designadamente, o responsável pela gestão do canal, os prazos de acusação de receção e de resposta ao denunciante e os demais procedimentos exigidos pela Lei n.º 93/2021.

5. Destinatários dos Dados e Transferências Internacionais

Os dados pessoais recolhidos destinam-se, em regra, a uso interno da Redemaior, podendo, contudo, ser comunicados a:

- **Subcontratantes:** entidades que prestem serviços à Empresa por sua conta, designadamente nas áreas de informática, contabilidade, medicina do trabalho e auditoria externa, as quais se encontram contratualmente vinculadas ao cumprimento do RGPD e a garantir níveis adequados de proteção e de segurança dos dados;
- **Entidades públicas e autoridades competentes:** designadamente autoridades judiciais, a Autoridade Tributária e Aduaneira, a Segurança Social, a Autoridade para as Condições do Trabalho e a Comissão Nacional de Proteção de Dados, sempre que tal comunicação decorra de obrigação legal ou de ordem de autoridade competente.
- **Transferências internacionais:** caso, no âmbito de algum dos tratamentos acima descritos, se revele necessária a transferência de dados pessoais para países situados fora do Espaço Económico Europeu, a Redemaior assegurará que tal transferência se encontra sustentada em decisão de adequação da Comissão Europeia ou em cláusulas contratuais-tipo por esta aprovadas, nos termos e para os efeitos do Capítulo V do RGPD.

6. Direitos dos Titulares dos Dados

Nos termos dos artigos 15.º a 22.º do RGPD, os titulares dos dados podem, a todo o tempo e sem prejuízo das limitações legalmente previstas, exercer os seguintes direitos:

- **Direito de acesso:** obter confirmação de que os seus dados pessoais são objeto de tratamento e aceder aos mesmos, bem como à informação relativa ao tratamento;
- **Direito de retificação:** obter a retificação de dados pessoais inexatos ou incompletos;
- **Direito ao apagamento:** obter o apagamento dos seus dados pessoais, quando se verifique algum dos fundamentos previstos no artigo 17.º do RGPD;
- **Direito à limitação do tratamento:** obter a limitação do tratamento, nos casos previstos no artigo 18.º do RGPD; • **Direito de oposição:** opor-se, por motivos relacionados com a sua situação particular, ao tratamento fundado em interesse legítimo da Empresa;
- **Direito à portabilidade dos dados:** receber os dados pessoais que tenha fornecido, num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, e transmiti-los a outro responsável, quando tecnicamente exequível;
- **Direito de retirar o consentimento:** quando o tratamento tenha por fundamento o consentimento, retirá-lo a todo o tempo, sem que tal comprometa a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado.

Os direitos acima enunciados podem ser exercidos junto da Redemaior através dos contactos indicados no ponto 1. supra. A Empresa poderá solicitar informação adicional que permita confirmar a identidade do requerente, sempre que tal se revele necessário para garantir a segurança e a confidencialidade dos dados pessoais, e responderá aos pedidos no prazo de um mês a contar da respetiva receção, prorrogável por mais dois meses quando a complexidade e o número de pedidos o justificarem, nos termos do artigo 12.º, n.º 3, do RGPD.

Direito de reclamação: sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, os titulares têm o direito de apresentar reclamação junto da autoridade de controlo nacional:

Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD)

Avenida D. Carlos I, n.º 134, 1.º

1200-651 Lisboa

www.cnpd.pt

7. Decisões Individuais Automatizadas

A Redemaior não submete os titulares dos dados a decisões tomadas exclusivamente com base em tratamento automatizado, incluindo a definição de perfis, que produzam efeitos jurídicos na sua esfera ou que os afetem de forma significativa de modo similar, nos termos e para os efeitos do artigo 22.º do RGPD.

8. Carácter Obrigatório ou Facultativo do Fornecimento dos Dados

O fornecimento de dados pessoais necessários à celebração e execução de contratos, ao cumprimento de obrigações legais ou fiscais, ou à instrução de processos de recrutamento é, consoante os casos, requisito legal ou contratual. A não disponibilização dos dados solicitados para essas finalidades poderá impossibilitar a celebração ou a execução do contrato em causa, a admissão em processo de recrutamento ou o cumprimento, pela Redemaior, das obrigações legais a que se encontra sujeita.

9. Segurança dos Dados

A Redemaior adota as medidas técnicas e organizativas adequadas a garantir um nível de segurança apropriado ao risco, designadamente contra a destruição, perda, alteração, divulgação ou acesso não autorizado, acidental ou ilícito, aos dados pessoais tratados, em cumprimento do disposto no artigo 32.º do RGPD. Não obstante o exposto, nenhuma transmissão de dados através da Internet ou sistema de armazenamento eletrónico oferece garantia absoluta de segurança, pelo que a Redemaior não pode assegurar a inviolabilidade completa das informações transmitidas ou armazenadas, comprometendo-se, ainda assim, a adotar as melhores práticas disponíveis para mitigar os riscos identificados.

10. Conservação e Eliminação dos Dados

Sem prejuízo dos prazos específicos indicados no ponto 4. supra, os dados pessoais são, em geral, conservados apenas durante o período necessário à prossecução das finalidades para que foram recolhidos, findo o qual são eliminados ou, quando tal se revele tecnicamente adequado e suficiente, anonimizados, salvo se existir fundamento legal que justifique a sua conservação por período adicional.

11. Alterações à Política de Privacidade

A presente Política poderá ser atualizada ou alterada sempre que necessário, designadamente em resultado de alterações legislativas, regulamentares, organizacionais ou tecnológicas. A versão atualizada será disponibilizada através dos meios habitualmente utilizados pela Empresa para o efeito, com indicação da respetiva data de entrada em vigor.

Coimbra, 25 de setembro de 2026

A Gerência